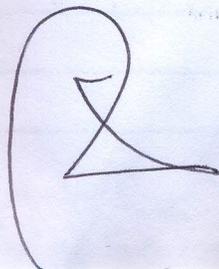


1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48

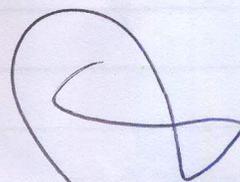
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS  
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - 30/05/07

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, às quatorze horas e quinze minutos na sala de reuniões da SESAU, deu-se início, em segunda convocação, a Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite com a presença do Sr. Eugênio Pacceli de Freitas Coêlho como presidente e demais membros: **SESAU:** Ullannes Passos Rios/ Diretoria Vigilância Sanitária; Luiza Regina Dias Noletto/ Diretoria de Gestão Administrativa; Senivan Almeida de Arruda/ Diretoria de Gestão do Fundo Estadual de Saúde; Ruth Mercês L. N. Paranaguá/ Superint. de Vigilância e Promoção em Saúde **Suplente:** Sergislei Silva Moura/ Coordenação de Avaliação de Fundos, Convênios e Prestação de Contas; Soraia Roges Sant'ana/ Diretoria. Gest. Planej. e Desc. Saúde; Inês dos Santos Gonçalves/ Diretoria de Controle, Regulação e Auditoria; **COSEMS:** Alessandra Franco Fonseca SMS/Pium; Furtunato Soares SMS/ Gurupi; Sonia Maria Toscano SMS/ Dianópolis; Samuel Braga Bonilha SMS/Palmas; **Suplente:** Emival Nunes da Fonseca SMS/Guará. O Sr. Presidente verificou o quorum e a paridade e deu início a reunião como segue: O Sr. Presidente relembrou a última reunião e disse que todos saíram muito mal dela tanto os técnicos da SESAU como os integrantes do COSEMS e que a Secretaria tomou uma postura a partir daquela reunião de a partir da CIB de hoje fazer o máximo possível para essas reuniões não serem somente proveitosas e sim extremamente respeitadas e para isso a Secretaria está se estruturando de forma que hoje a reunião teria como começar as 14:00 h e já está acontecendo as 14:15 h com o quorum completo. Que da vontade dele não acontecerá nenhuma CIB como a passada, que foi extremamente desagradável em todas as formas, que o que levou aquilo foi ainda uma desorganização que passava a Secretaria, uma desorganização ao ponto de não termos respostas favoráveis às demandas do COSEMS, que a partir de agora tende-se a ficar muito melhor. Nominou todos os membros da SESAU na CIB e falou do MEMO Circular enviado a todos os membros da SESAU fazendo algumas determinações. Falou da substituição da Sra. Sonia Menelik pela Sra. Cirilúcia na Secretaria Executiva da CIB, sem desmerecimento do papel da Sonia até então, que dada a desorganização da Secretaria até então ela fez muito, mas que havia o momento que teria que fazer essa oxigenação, que a Cirilúcia assumiu e trouxe com ela uma experiência que tem inclusive ajudado a organizar o COSEMS e ela não vem como Secretária Executiva da SESAU na CIB e sim Secretária Executiva da CIB. Que tem que ficar claro que a postura da Secretaria Executiva é de atender a CIB e não a Secretaria da Saúde do Estado. Falou do documento expedido a CIT pedindo um apoio para que haja CIB's cada vez melhores. Disse da estruturação da CIB, que está trabalhando para tê-la desde a sala de reuniões adequada e devidamente aparelhada com sistema de gravação de áudio e vídeo, as Câmaras técnicas, mobiliário adequado e também estruturar as CIB's regionais. Cumprimentou o Sr. Samuel Bonilha pela vinda em sua primeira CIB e disse que o Sr. Odir representou muito bem a região. A Cirilúcia informou a justificativa de falta do Sr. Luciano Pinto Bandeira nas reuniões deste mês. Informou também a justificativa das Sras. Ruth Mercês e Perciliana Bezerra na reunião do dia 31/05/07. Informou que o relatório dos repasses foi elaborado por região. **ITEM 01 - Apreciação da Pauta:** Foi lida e apresentados os pedidos de inclusões, exclusões e inversão da Pauta que foram aprovados por consenso. **ITEM 02 - Programação de Repasses dos Recursos Estaduais dos Programas: SAUDE DA FAMÍLIA, FARMACIA BASICA, SAMU, ESCOLAS PROMOTORAS DE SAUDE E HPP (Estaduais e Federais):** O Sr. Senivan iniciou com o Saúde da Família dizendo que o Programa estabeleceu por microrregião os

1

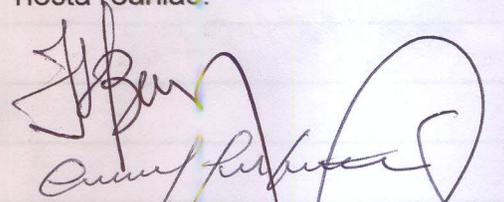


49 convenientes, o total do passivo exercício 2005 e 2006, o pagamento feito agora em maio  
50 e o total do restante do passivo. Falou que o valor do repasse é variável devido à redução  
51 de R\$ 1.800,00(mil e oitocentos reais) por profissional do Estado cedido a cada município.  
52 O critério utilizado para se chegar a esses valores do pagamento de maio foi o limite  
53 máximo de R\$ 25.200,00(vinte e cinco mil e duzentos reais) que foi estipulado também  
54 pelo valor do profissional de saúde e não pela equipe, tendo como base o valor da parcela  
55 mensal. Que os municípios destacados em amarelo não possuem documentação,  
56 portanto, não estão aptos a receber. Que para o mês de junho de 07 está previsto mais  
57 um repasse para atender o Programa Saúde da Família no valor de R\$ 12.500,00(doze  
58 milhões e quinhentos reais) tendo como base os mesmos critérios estabelecidos no mês  
59 de maio. O restante do passivo será pago em seis parcelas de acordo com o valor mensal  
60 de cada município. Citou os seis municípios que ficaram sem receber no mês de maio que  
61 são: Araguaína, Paraíso, Gurupi, Palmas, Miracema e Porto Nacional e receberão agora  
62 no mês de junho junto com os demais só que duplicado para compensar. O Sr. Senivan  
63 disse que o setor de convênios está à disposição para qualquer dúvida. Apresentou o item  
64 sobre a Farmácia Básica e disse que foi estabelecido conforme a Portaria da Secretaria  
65 de 14 de fevereiro de 2007, os critérios do valor repassado a cada município e também foi  
66 dividido por microrregião. A Sra. Regina Mara da Assistência Farmacêutica disse que na  
67 CIB de dezembro foi pactuada a descentralização do recurso da contrapartida Estadual  
68 referente ao incentivo da Assistência Farmacêutica Básica e depois com a Resolução da  
69 CIB foi instituída a Portaria nº 44. O Sr. Senivan disse que o passivo anterior foi colocado  
70 para ser pago no início do exercício, mas por enquanto não foi alocado o recurso e que  
71 até o final do ano o problema será resolvido. A Sra. Sonia Toscano lembrou aos  
72 municípios que não podem deixar de separar o valor do município para a Farmácia Básica  
73 porque enquanto o Estado estava com pendências o município entendia que não  
74 precisava pagar. Mas agora os três entes têm que colocar o dinheiro. A Sra. Regina disse  
75 que o recurso Federal é condicionado à aplicação dos recursos Municipal e Estadual, e o  
76 município ou o Estado que não aplica o recurso Federal é automaticamente suspenso. O  
77 Sr. Senivan disse sobre o decreto que está tirando um pouco da burocracia naquela  
78 questão das certidões. A Sra. Luiza disse que a própria evolução da organização do  
79 sistema trouxe essa necessidade e quando o decreto foi editado em 2004 foi com base na  
80 NOAS e o Estado era habilitado na NOAS e hoje é pelo Pacto de Gestão. Outra forma de  
81 desburocratizar o processo foi a instrução de um processo que está sendo chamado de  
82 mãe para pagar e executar e cada município vai ter o seu processo em arquivo na  
83 Coordenação de Convênios e repasses Fundo a Fundo onde vai estar todo instrumento  
84 necessário de documentos para acompanhar esse processo. O Sr. Senivan informou que  
85 a Portaria já foi publicada em Diário Oficial no dia 15/02/07. Que os recursos financeiros  
86 são transferidos pelo Fundo Estadual de Saúde para os respectivos municípios no valor  
87 correspondente a R\$ 1,20 (um real e vinte centavos) hab/ano em parcelas mensais de  
88 1/12 avos. Sobre o SAMU (serviço de atendimento móvel de urgência) falou que é um  
89 recurso do tesouro Estadual tendo como conveniente os municípios de Araguaína, Gurupi  
90 e Palmas. O repasse referente a fevereiro e dezembro seria de R\$ 1248.500,00(um  
91 milhão duzentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais). O município de Gurupi não  
92 recebeu em 2006 porque na época estava com problemas na documentação. A Sra.  
93 Sonia Toscano disse que foi acordado na reunião do COSEMS que as particularidades  
94 dos municípios, os municípios vão procurar o setor e resolver. O Sr. Eugênio disse essa  
95 interferência foi muito importante. No item das Escolas Promotoras de Saúde o Sr.  
96 Senivan falou que também é um recurso do tesouro do Estado. O valor liquidado referente

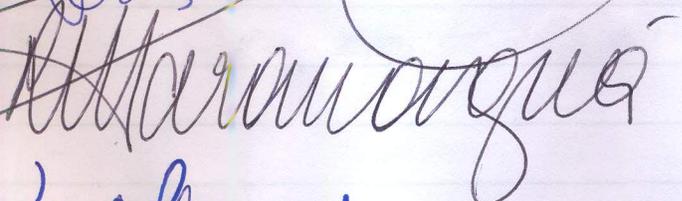


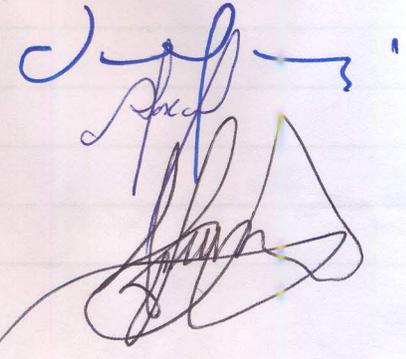
97 a três parcelas será pago somente no dia 10 de junho. Informou que o município de Porto  
98 Nacional informou a desistência em relação à Estratégia Escolas Promotoras de Saúde. O  
99 restante do passivo será pago até dezembro observando o cronograma de repasse  
100 fundo a fundo. No mês de junho foi colocado para pagar três parcelas, que vai ser de  
101 acordo com a variação da receita e também do orçamento, mas que vai ser cumprido até  
102 o final do exercício. Iniciou sua fala sobre HPP. O Sr. Eugenio pediu mais atenção de  
103 todos no assunto. O Sr. Senivan continuou e disse dos HPP's da Portaria Estadual, que  
104 foi paga uma parcela agora em maio, em junho já está estabelecido e o processo já está  
105 em andamento para pagar mais uma parcela e o restante do passivo vai ser pago até o  
106 final do exercício. Sobre os HPP's da Portaria nº. 1330 do Ministério, falou que o  
107 município de Alvorada foi excluído, pois foi transformado em Hospital de Referência, mas  
108 ele faz parte da Portaria 1330. O município de Colméia está contemplado na Portaria  
109 1330, porém está com pendência de prestação de contas com o Estado. O município de  
110 Brejinho de Nazaré recebeu em 2007 uma parcela referente ao ano passado e Natividade  
111 também recebeu. O restante do passivo será pago até dezembro da mesma forma dos  
112 outros programas observando o valor mensal de cada município. A respeito dos HPP's  
113 Portaria 1330 (fonte 90), disse que o total do passivo 2006 foi autorizado pelo Secretário e  
114 vai ser pago todo em junho de 07. A Sra. Soraia disse que a Portaria 204 tinha algumas  
115 regulamentações a serem feitas e que foi aprovada nesta ultima CIT a regulamentação do  
116 fundo para que os municípios fiquem alerta a mudanças de rubrica de cada conta, cada  
117 conta vai ter cinco blocos de financiamentos com rubricas distintas, vai ter uma  
118 nomenclatura específica para que essas contas sejam identificadas. O Sr. Presidente  
119 disse que a pauta desta CIB já foi cumprida. Se foi ou não satisfatória para os municípios  
120 é outra questão. Disse que a reunião iniciou as 14:15 e está terminando as 15:15 e é isso  
121 que se deve fazer da CIB, que se pode até permitir uma discussão mais acalorada mas  
122 que não vai permitir uma discussão que parta para o pessoal e que. Que aqui se  
123 representa instituições, e acima de tudo que a partir de hoje, esse seja o ambiente da  
124 CIB. A Sra. Cirilúcia solicitou que o material fosse devolvido para que as xérox fossem  
125 concluídas e amanhã na reunião ordinária será entregue novamente. Franqueada a  
126 palavra e não havendo nada mais a tratar, declarou-se encerrada a reunião às quinze  
127 horas e quinze minutos. E para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e  
128 aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, e pelos demais membros presentes,  
129 nesta reunião.

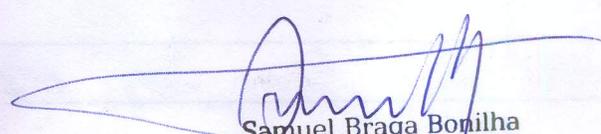
130  
131



Juiz(a) Regine dos Santos  
Bousalves





  
Samuel Braga Bonilha  
Secretário Municipal de Saúde  
Prefeitura Municipal de Palmas